

IAOD de Tsui Wai Kwan em 07.11.2013

Com o desenvolvimento do sector do jogo, Macau conseguiu, nos últimos dez anos, atingir alguma prosperidade, e actualmente vive uma conjuntura económica favorável. Assim sendo, se os residentes de Macau se esforçarem no seu trabalho para terem uma vida melhor, e particularmente os jovens, se se empenharem em progredir, as perspectivas do desenvolvimento de Macau a longo prazo só podem ser optimistas. Mas se, contrariamente, assumirem uma atitude passiva e dependerem, totalmente, das políticas de acesso ao emprego, como é que se pode confiar neles, enquanto futuros pilares de Macau? É bem provável que os resultados do desempenho dos seus antecessores desapareçam apenas num dia.

A taxa de desemprego em Macau tem-se mantido constante, nos 2%. Portanto, mesmo para quem tem baixas habilitações académicas não é nada difícil encontrar trabalho com salário superior ao salário mediano, caso dos croupiers. Portanto, os residentes de Macau são, em certa medida, uns sortudos no que respeita ao acesso ao emprego, pois noutros territórios onde a situação económica é menos favorável, quem tem baixas habilitações académicas facilmente passa a desempregado. Uma parte dos jovens entende que pode depender da sorte, por isso, nestes últimos anos, muitos jovens não concluíram o secundário e abandonaram os estudos para enveredar pela profissão de croupier, que é bem remunerada. Este fenómeno não é entendido como um problema para quem apoia a política da exclusividade das funções de croupier para os residentes de Macau, o que é difícil de compreender.

Nestes últimos anos, a expressão promoção na carreira vulgarizou-se no seio da nossa sociedade. No entanto, alguns jovens adoptaram métodos errados para se promoverem. Primeiro, a interrupção dos estudos para ganhar dinheiro de forma mais rápida, um acto típico de perda de oportunidades de promoção profissional. Segundo, a defesa de cargos que não exigem qualificações para que não sejam substituídos por trabalhadores não residentes. Croupier é uma profissão bem paga e adequada para as pessoas de meia idade, para conseguirem mais estabilidade. Infelizmente, nas notícias divulgadas recentemente, muitos jovens exigiram ao Governo que assumisse um compromisso, através de políticas ou mesmo da produção de leis, para regular aquela profissão. Os jovens deviam participar mais em acções de formação, e através dos mais diversos métodos, aumentar os seus conhecimentos e técnicas, a fim de melhorarem as suas condições de trabalho, no entanto, desistem de tudo e ficam cada vez mais dependentes das políticas. Como é sabido, as funções de croupier são totalmente asseguradas por locais, por isso, é uma profissão muito atraente, e se os trabalhadores tiverem um bom desempenho, têm oportunidade de progredir e de ver os seus salários aumentados, ou seja, a tal promoção na carreira. Mas no caso desta profissão, a estrutura é em forma de pirâmide, ou seja, quanto maior o número de trabalhadores das camadas mais baixas, menores as oportunidades de promoção, e o resultado acaba por ser o inverso do pretendido.

Não há nenhum sector onde exista sempre sucesso, e o sector do jogo não é uma excepção, uma vez que também tem de enfrentar riscos. Recentemente, um grande número de croupiers solicitou veementemente ao Governo, através das mais diversas formas, a criação de leis para proibir a importação de croupiers. Isto significa que, para estes profissionais, as políticas do Governo são extremamente importantes! Ter apenas em conta os actuais benefícios será bom ou mau? Nem é preciso dizer mais nada, porque já sabemos qual é a resposta. Face ao exposto, proponho aos jovens que transformem a sua atitude em energia positiva, que trabalhem por si e que aproveitem ao máximo todas as oportunidades de auto-valorização, aumentando assim as suas condições de trabalho e de sobrevivência. Porque se um dia tiverem que enfrentar uma economia adversa, será mais forte a sua capacidade para a enfrentar e maiores serão as oportunidades. O desenvolvimento a longo prazo de Macau não deve depender apenas dos recursos humanos de um único sector, pois são necessários talentos das mais diversas áreas. Se os jovens lutarem desde hoje para encontrar mais saídas, a qualidade dos recursos humanos no futuro será, com certeza, mais elevada, e a prosperidade económica poderá beneficiar as gerações futuras.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Cheang Chi Keong em 07.11.2013

Após o retorno à Pátria, Macau passou por um período de 10 anos de rápido desenvolvimento económico, e os resultados têm sido bastante satisfatórios. Mas por detrás dos números bonitos escondem-se vários problemas e dificuldades. Veja-se, por exemplo, os sectores da hotelaria e da restauração. Até ao passado mês de Agosto, o número de quartos de hotel em Macau atingia cerca de 28 mil, enquanto o número de trabalhadores nos dois referidos sectores atingia cerca de 55 mil, 29 mil no sector da hotelaria e 26 mil no sector da restauração.

Segundo as estimativas, daqui a 4 anos, ou seja, depois dos projectos dos hotéis do COTAL estarem todos concluídos, Macau vai dispor de mais 22 mil a 25 mil quartos. Entretanto, com a diversificação da nossa economia, vamos ter mais instalações complementares no COTAL para convenções e exposições, centros comerciais, restaurantes e outras instalações de entretenimento, portanto, segundo as estimativas dos operadores desses sectores, nos próximos anos vão ser necessários mais 40 a 50 mil trabalhadores. E, com certeza, nessa altura também os sectores do turismo e do jogo vão continuar a precisar de grande número de trabalhadores. Mas segundo a actual taxa de desemprego, que se situa em 1,9%, será muito difícil conseguir um número tão elevado de mão-de-obra local. Se nos sectores do turismo e da hotelaria se registar falta de mão-de-obra, a qualidade e o nível dos serviços serão afectados, e se não se adoptarem medidas adequadas para remediar o problema, a imagem de Macau como Centro mundial de turismo e de lazer sairá prejudicada, afectando deste modo o objectivo de transformar Macau num Centro mundial de turismo e de lazer.

Há dias, durante a sua estadia em Macau, o Vice-Primeiro Ministro Wang Yang afirmou expressamente que: Macau precisa de envidar grandes esforços para formar diferentes tipos de pessoas qualificadas. E adiantou ainda: Macau está numa fase crítica do seu desenvolvimento, por isso, o Governo da RAEM deve assumir uma visão prospectiva, preparar-se e impulsionar, em grande força, o desenvolvimento da Educação, formando diferentes tipos de pessoas qualificadas.

Entendemos que, em termos de curto prazo, a insuficiência de mão-de-obra é remediável através da importação de trabalhadores, mas em termos de longo prazo, o Governo da RAEM tem que definir uma política de recursos humanos adequada e eficaz, a fim de conseguir manter o desenvolvimento sustentável de Macau.

Por outro lado, quanto à formação de pessoal qualificado, especialmente a formação de diferentes tipos de pessoas qualificadas e adequadas, o Governo nunca dispôs de um plano prospectivo, nem nunca teve em mente a ideia de se preparar e de constituir uma reserva de pessoal qualificado.

Pelo exposto, solicitamos ao Governo que proceda à definição das políticas e medidas de curto, médio e longo prazos com vista à sua adequação à rapidez do

actual desenvolvimento de Macau, por forma a resolver a falta de recursos humanos. É ainda necessário reforçar a formação, com vista a preparar os quadros necessários para o desenvolvimento de Macau. Propomos então o seguinte:

1. Considerando o actual desenvolvimento sócio-económico de Macau e a falta de recursos humanos, o Governo deve proceder, quanto antes, à elaboração dum regime para o trabalho a tempo parcial, flexível, operacional, e articulável com o actual estado do desenvolvimento, a fim de se injectar força laboral no mercado de trabalho, por exemplo, mulheres que se dedicam a cuidar da família e estudantes universitários.

2. É necessário relaxar, adequadamente, a importação de mão-de-obra para resolver a falta de recursos humanos, e também proceder, oportunamente, à avaliação e melhoria desta política, no sentido de elevar a produtividade dos trabalhadores importados. Segundo as informações de operadores do sector da construção civil, a autorização para trabalhar em diferentes estaleiros do mesmo empregador, ao invés de apenas num determinado local, contribuirá para a mobilização flexível daqueles trabalhadores. Esta seria uma forma de aproveitar melhor as quotas e de reduzir o número de trabalhadores importados.

3. Com vista à coadunação com o apoio do Governo Central à construção dos “três centros” - um de serviços para as PME dos países de língua portuguesa, outro de distribuição de produtos e um outro para convenções e exposições, é necessário formar mais quadros qualificados bilingues nas línguas chinesa e portuguesa. Como em Macau existem poucos quadros destes, é necessário organizar mais cursos de formação em língua portuguesa, a fim de incentivar e prestar mais apoio aos estudantes e trabalhadores que estão a aprender a língua. Ao mesmo tempo, deve o Governo colaborar com os estabelecimentos de ensino, organizando em conjunto cursos sistematizados de língua portuguesa, ou até mesmo pensar em incluir essa disciplina no programa do ensino secundário complementar, a fim de se formarem mais quadros qualificados.

4. A formação de quadros qualificados nas mais diversas áreas é necessária partindo da perspectiva dos interesses e potencialidades dos estudantes, conjugando-se, ao mesmo tempo, as vertentes “ensino”, “aprendizagem” e “prática”, realizando-se acções de formação específicas tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico; ao mesmo tempo, há que investir mais no desenvolvimento diversificado de Macau e na formação de quadros qualificados.

Por fim, exortamos novamente o Governo a fazer o seguinte: implementar, quanto antes, as necessárias “políticas demográficas”, analisar os problemas e os conflitos mais evidentes no âmbito dos recursos humanos locais, em conjugação com a “base de dados sobre os recursos humanos qualificados”, divulgada pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, determinar o rumo de desenvolvimento dos recursos humanos e, atendendo ao posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer e enquanto plataforma de serviços para a

cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, formar mais talentos nas mais diversas vertentes, e ainda, criar uma reserva de recursos humanos para o futuro desenvolvimento de Macau a longo prazo.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 07-11-2013

O recrutamento centralizado anda a passo de caracol

Quando o recrutamento de trabalhadores era autónomo, efectuado por cada um dos serviços públicos, a sociedade queixava-se de falta de transparência e de situações de “compadrio”, por isso, os residentes depositavam grandes expectativas no regime de recrutamento centralizado quando este foi lançado. Contudo, devido à morosidade do processo de recrutamento centralizado de 128 técnicos auxiliares - o concurso foi lançado em Agosto do ano passado e as provas continuam por terminar ao fim de mais de um ano - e a diversos outros factores, as esperanças dos residentes passam a dúvidas: as provas em forma de maratona afectam os planos de recrutamento de pessoal dos diversos serviços públicos, levam à redução da eficiência administrativa, e prejudicam a programação das carreiras profissionais dos candidatos. No fundo, a questão é saber se com o actual modelo de recrutamento centralizado é possível seleccionar os melhores para a Função Pública, de forma a maximizar os recursos públicos.

De acordo com a filosofia do Regulamento Administrativo n.º 23/2011, o concurso centralizado devia ter lugar em finais de 2011, mas foi adiado 8 meses, ou seja, só foi realizado no dia 1 de Agosto. A publicação da lista classificativa, a realização das provas de conhecimentos gerais e profissionais e a divulgação da classificação final demoraram um ano e dois meses, para além disso, há ainda que fazer uma entrevista, cujo local data e horário serão divulgados apenas no dia 13 deste mês. Acredito que depois da entrevista se tenha de esperar ainda algum tempo até os candidatos escolhidos poderem começar as suas funções. Este concurso dura há mais de um ano, então, quem é que, durante este tempo, tem assegurado as funções previstas para os novos funcionários? Se alguém está a assegurá-las, porque é que é necessário contratar tanta gente? Se ninguém está a assegurá-las, não há situações de ineficiência administrativa? Passado já mais de um ano, ainda é necessário preencher as vagas em causa? O pessoal a contratar consegue responder às exigências das funções? Quanto às vagas em causa, vão sofrer alterações, uma vez que já se passou mais de um ano? Os funcionários que se candidataram mas se encontravam em efectividade de funções tiveram de entregar um documento emitido pelo serviço, portanto, mostraram claramente o seu desejo de mudar de emprego. Ao fim de tanto tempo sem conseguirem saber a classificação final do concurso é natural que a vontade de trabalhar tenha diminuído. Como é que pode ser a eficiência do seu trabalho?

O processo dos concursos de ingresso para as carreiras na Função Pública, desde a inscrição até à divulgação da lista classificativa demora mais de um ano, o que é algo bastante invulgar. Já desde os anos 90 do século passado que a China implementou um sistema de concurso para funcionários públicos com a abertura anual de concursos para o ingresso de talentos, tanto para entidades do Governo Central como para os Governos locais. Por exemplo, a candidatura para o ano de 2014, para ingresso em entidades do Governo Central e respectivas entidades subordinadas, teve início no dia 15 de Outubro passado, e a

classificação será publicada, depois de efectuados vários exames, em Janeiro próximo. Podemos verificar que são apenas necessários pouco mais de dois meses para um concurso que envolve mais de um milhão de concorrentes de todo o País, e em que são admitidos mais de 20 mil indivíduos. Um outro exemplo foi a candidatura para este ano, para ingresso de funcionários públicos para a província de Cantão, que aconteceu a 22 de Março passado, e cuja lista classificativa foi divulgada em finais de Maio passado, demorando apenas dois meses. Esta medida garante aos concorrentes ficarem a conhecer da sua admissão na função pública antes de finalizarem os seus cursos no mês de Julho. O recrutamento centralizado de Macau não pode ser comparado com o que se passa na China, nem em escala nem em número de concorrentes, então, porque é que anda a passo de caracol? Em Macau, é bastante elevada a proporção entre o número de funcionários públicos e a população, proporção esta que é uma das mais elevadas no mundo. Assim sendo, será que existem grandes problemas ao nível da nossa estrutura administrativa e da sua eficácia?

Para concorrer às 128 vagas de adjunto-técnico de 30 serviços públicos, inscreveram-se para concurso 15,674 pessoas. Decorrido mais de um ano, só 1,178 candidatos conseguiram passar à fase da entrevista profissional, e para realizar este grande exame, os serviços públicos disponibilizaram muitos recursos humanos e materiais, o que reflecte, de certa maneira, a baixa eficiência administrativa dos serviços em causa. O recrutamento centralizado visa evitar problemas como a contratação de familiares, um objectivo positivo, no entanto, por causa deste objectivo, o regime de recrutamento centralizado obriga ao sorteio dos candidatos aprovados no referido exame para distribuição pelos serviços que deles necessitam. Os candidatos nunca podem escolher o serviço que pretendem. Neste contexto, pode mesmo não haver lugar à contratação de familiares, não haverá lugar à distribuição errada de recursos humanos e a desperdício? Os serviços públicos devem maximizar as capacidades do seu pessoal em consonância com as suas características, caso contrário, será cada vez mais difícil resolver os problemas da expansão da estrutura administrativa e da baixa eficiência administrativa. Portanto, entendo que os serviços responsáveis pela administração pública devem, em primeiro lugar, impulsionar a reforma administrativa e elevar a eficiência administrativa, pois só com determinação é que se pode dar o exemplo na liderança. Não se pode falar e agir de forma contrária.

IAOD de Leong On Kei em 07.11.2013

O desenvolvimento sócio-económico acelerado, registado nestes últimos anos, tem sido acompanhado pela subida significativa do número de viaturas, sobressaindo assim os problemas de trânsito. Com o desenvolvimento social, aumenta a procura de transportes públicos, quer pelos residentes quer pelos visitantes, contudo, o sistema de transportes de Macau apresenta muitas deficiências e problemas ao nível do seu funcionamento e qualidade, por isso, o Governo deve proceder a uma avaliação séria da situação. É necessário identificar as deficiências da actual política de transportes e proceder, quanto antes, ao necessário planeamento, adoptando medidas de melhoria efectiva, a fim de que o sistema de transportes produza os seus efeitos, impulsionando Macau a alcançar o objectivo da sua transformação em centro de turismo e de lazer a nível mundial.

Em Macau são sucessivos os problemas de funcionamento dos transportes marítimos, terrestres e aéreos. Primeiro, a falência e cessação de serviços de uma empresa de transporte aéreo, e depois a cessação da exploração e liquidação autónoma de uma empresa de transporte marítimo; e a par do adiamento constante das obras de construção do metro, registou-se recentemente a falência dum concessionária de autocarros. O Governo deve proceder a estudos profundos sobre estes incidentes. A prestação de empréstimos às concessionárias e a assunção, por parte do Governo, das operações de empresas com problemas de funcionamento não contribuem para resolver, efectivamente, os problemas do nosso sistema de transportes. É necessário proceder a uma consulta pública e a estudos aprofundados para a definição de uma nova política de transportes.

Os serviços competentes estão a implementar a política de “primazia dos transportes públicos” e a incentivar os cidadãos a utilizarem mais os transportes públicos. Na política geral de trânsito e transportes terrestres de Macau (2010-2020) e nas linhas de acção governativa define-se a política de trânsito como assunto de grande importância e estipula-se como principal missão o aumento da qualidade dos transportes públicos. No entanto, a qualidade dos serviços de táxi e de autocarros continuam insatisfatórios, uma realidade que está muito aquém da meta “das deslocações agradáveis para conforto de turistas e residentes”, por isso, a sociedade continua indignada com os serviços de autocarros e de táxis.

Vejamos, com especial atenção, os serviços de autocarros, em relação aos quais os serviços competentes “só tratam das dores quando dói”, um método que nada ajuda para se resolver realmente a questão. Face aos diversos problemas com as concessionárias, os serviços competentes só acordam quando há problemas. Assim sendo, precisam de desempenhar bem o seu papel predominante e orientador nesta matéria, rever seriamente o mecanismo de fiscalização das três concessionárias, elaborar mecanismos de notificação, exigir

às concessionárias uma melhor gestão do negócio e o aumento efectivo da qualidade dos serviços.

O aumento incessante do número de veículos e as obras sucessivas em Macau transformaram-se numa pressão insuportável para o trânsito. Para além disso, o “grande” prémio, que se realiza anualmente, passou a “grande” engarrafamento. Este engarrafamento durante o grande prémio é um calvário para os cidadãos que nunca deixaram de o criticar. Muito em breve vai começar o 60.º Grande Prémio de Macau que vai durar duas semanas, por isso, a pressão para o trânsito vai agravar-se, e a preocupação dos residentes vai ser ainda maior do que nos anos anteriores.

Portanto, face às duas semanas de actividades comemorativas desta edição do Grande Prémio, o Governo deve adoptar as devidas medidas de acompanhamento, a fim de satisfazer as necessidades da população e de colmatar as insuficiências existentes, para que eventuais problemas de trânsito registados na primeira semana das corridas possam ser resolvidos na semana seguinte. Ao mesmo tempo, no que respeita às zonas mais afectadas e próximas da pista, nomeadamente, o Porto Exterior e a Avenida de Horta e Costa, o Governo deve adoptar medidas específicas e eficazes para atenuar o trânsito e aperfeiçoar as respectivas condições, a fim de não afectar as deslocações dos residentes. E terminadas as corridas, deve ser acelerada a abertura das vias e das passadeiras, para que a circulação volte ao normal quanto antes, nomeadamente, acelerar a desmontagem das barreiras e reabertura das vias, a fim de reduzir ao mínimo os impactos sobre a população.

O Governo deve melhorar e aperfeiçoar a rede de trânsito, atenuar a pressão do trânsito urbano resultante do crescimento da população, e criar um sistema de transportes rápido e conveniente, a fim de corresponder ao posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 07.11.2013

Segundo os resultados do inquérito relativo às expectativas da população quanto ao relatório das LAG para próximo ano, desenvolvido recentemente por uma associação civil, as exigências relativas à aceleração da construção de habitação pública e ao reforço do controlo do mercado imobiliário continuam a ser as mais manifestadas pelos residentes durante 3 anos consecutivos. As questões relativas aos preços altíssimos da habitação e às dificuldades da sua aquisição por parte dos residentes estão por resolver. A habitação é o assunto mais importante para a população e também a causa do descontentamento dos residentes das classes sociais mais baixas, porque a política implementada pelo Governo para controlo do mercado imobiliário não consegue resolver o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Actualmente, a procura anual de habitação em Macau é de cerca de 4000 fogos, mas a sua oferta no mercado varia entre os 1000 e os 1500 fogos por ano, o que implica que a procura é maior do que a oferta. Devido à escassez da oferta, é natural o seu preço altíssimo. Segundo os dados estatísticos disponibilizados, desde o início de 2007 até aos finais de 2012, o preço da habitação quadruplicou, mas o aumento dos rendimentos da população não atingiu ainda o dobro. Veja-se o seguinte exemplo: um T2 no Edifício Kam Hoi San, localizado na zona da Areia Preta, vale mais de 4 milhões de patacas. Um residente com um rendimento mensal de 20 mil patacas só consegue pagar o sinal para aquisição de uma unidade destas se não comer nem beber durante 10 anos.

Numa tentativa de controlo efectivo do mercado imobiliário, o Secretário Lau implementou 10 medidas e mais 8 novas medidas, e acresce a isto o aumento, por um lado, dos custos da especulação e, por outro, da oferta. É lamentável que a agilização da autorização de plantas de edifícios privados e que a aceleração da construção de habitação pública nunca tenham sido concretizadas, logo, não se registou um aumento evidente quanto à oferta habitacional em geral.

Quanto ao aumento da disponibilidade de habitação no mercado, para além de o processo de aprovação dos projectos de construção das habitações privadas ter de ser agilizado, uma das medidas de equilíbrio é acelerar a construção das habitações públicas. O Governo fechou as candidaturas a habitação económica há já dez anos. Em princípio, as 19 mil fracções de habitação pública conseguiram satisfazer os agregados da lista de espera do antigo sistema, mas, durante estes dez anos, acumularam-se muitos outros. Quanto às recentes candidaturas às fracções de tipologia T1 das habitações económica e social, houve mais de 20 mil agregados que se inscreveram, e o Governo afirmou que no 4.º trimestre deste ano iam ser reabertas as inscrições para habitação económica de outras tipologias, e creio que a sua procura vai aumentar significativamente. Quanto ao empreendimento “após conclusão das 19 mil fracções” implementado pelo Governo, que se saiba, vai dispor de apenas 6 mil e 300 fracções e de reservas de terrenos para a construção de habitação pública na zona dos novos aterros, mas não se sabe quando é que os novos agregados candidatos vão ter

acesso à habitação e onde é que se situa.

Para além disso, encontram-se escondidos alguns problemas nas actuais políticas de habitação pública. Por exemplo, em muitos dos agregados que, naquela altura, se candidataram a habitação económica, os pais incluíram os filhos que ainda eram pequenos, mas, entretanto, passados vários anos, os filhos estão em idade de casar. Como já foram beneficiados como elementos desses agregados, já não podem candidatar-se novamente. A casa comprada naquela altura é demasiado pequena e apertada para nela viverem três gerações, mas como os filhos não têm condições para comprar uma casa no mercado privado, dificilmente vão conseguir casar-se. O Instituto de Habitação trata destes casos especiais como “requerimento a título excepcional”, mas não há um mecanismo comum para o efeito, por isso, os agregados em causa continuam a sentir grandes dificuldades e, para além disso, muitos nem sabiam que podiam recorrer a este meio. Assim sendo, o Governo não pode negligenciar as exigências deste grupo de pessoas.

Para além disso, considerando a limitação dos terrenos de Macau e a necessidade de aumentar a oferta de habitações, as autoridades devem reiniciar o projecto de reordenamento dos bairros antigos, actualmente parado, e o respectivo trabalho legislativo, vivificar os terrenos dos bairros antigos, aperfeiçoar o seu ambiente e resolver o problema da mudança para novas habitações por parte dos residentes envolvidos. Por exemplo, os seis edifícios no Iao Hon (Man Sao Lau, Shun Lei Lau, Hon Tai Lau, Heng Long Lau, Mao Tan Lau, Kat Cheong Lau e Seng Yi Lau) têm mais de 40 anos e totalizam 2428 fracções autónomas. Já há muito tempo, os residentes são obrigados a suportar problemas preocupantes, como a obstrução de esgotos, infiltrações, empilhamento de lixo, fuga de águas poluídas, queda de cimento, aparecimento das varas de aço e, ainda, pornografia, jogo e droga, tudo isto pondo em causa a segurança e higiene públicas. Se reconstruírem os edifícios em causa, isso não só vai contribuir para melhorar o ambiente de habitação de milhares de residentes, como também pode aumentar a oferta de fracções autónomas para equilibrar os preços dos imóveis deste bairro.

Os residentes focam a sua atenção, há muito tempo, no problema da habitação, e o Governo tem de resolver, com determinação, o facto de a oferta não satisfazer a procura, bem como actualizar o mercado imobiliário em geral.

No passado dia 22, os Deputados da Assembleia Legislativa foram convidados para uma visita ao novo edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário. Que se saiba, o edifício está equipado com 96 camas, 86 para adultos e 10 para pediatria, laboratório e sistema de radiografia digital, e daí se vê que o *hardware* e as instalações foram melhorados. De facto, a conclusão da construção do novo edifício do Serviço de Urgência e a sua entrada em funcionamento é um dos projectos concretos e eficazes do “Projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde” para 10 anos, em que o Governo investiu 10 mil milhões para elevar o nível dos serviços de cuidados de saúde, a fim de promover a criação de um sistema de saúde.

Situação que merece atenção especial: para elevar o nível dos serviços de cuidados de saúde, é necessário dispor de *hardware* aperfeiçoado e também criar um sistema intensificado de *software*, nomeadamente, aumentar o número do pessoal de saúde, elevar a qualidade dos serviços e aperfeiçoar o regime de credenciação do pessoal médico. A súmula do Projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde, constante no apêndice 4 do Relatório das LAG para 2012, centra-se no *hardware*, nomeadamente, o edifício do serviço de urgência, os centros de saúde e o hospital das Ilhas, e nada refere sobre o *software*, nomeadamente, os planos de longo prazo para o pessoal de saúde, entre outros recursos humanos.

Segundo as previsões dos Serviços de Estatística e Censos, em 2021, a população de Macau vai atingir os 574 mil habitantes, sem contar com a população migratória; a proporção da população idosa vai subir de 8,1% em 2011 para 15,1% em 2021 e, devido o aumento da população e ao seu envelhecimento, a procura pelos cuidados de saúde vai aumentar significativamente. Neste momento, os problemas com o longo tempo de espera para acesso a consultas médicas e a falta de pessoal de saúde já são bastante visíveis, por exemplo, no Relatório de Auditoria de Resultados sobre o “Recrutamento e formação dos médicos internos”, o Comissariado da Auditoria indicou que: “Os *cursos de internato geral deixaram de ser realizados durante três anos sucessivos (a seguir a 2006) e o internato complementar deixou de organizar cursos durante quatro anos sucessivos (a seguir a 2005), o que deu origem a um número insuficiente de candidatos com os requisitos exigidos para a carreira médica nos Serviços de Saúde. Os Serviços de Saúde não planeiam os recursos do seu corpo médico a longo prazo e não realizam adequada e antecipadamente a formação em internato médico de acordo com as necessidades futuras de médicos*”. O Governo respondeu que: “a *revisão do regime legal dos internatos médicos*

constitui, simultaneamente, uma mudança qualitativa e quantitativa, e os Serviços de Saúde referiram que a sua conclusão e aprovação iria acontecer em breve”, no entanto, o “Regime Jurídico dos Internatos Médicos” nunca chegou a ser revisto. Para além disso, a procura pelo pessoal de enfermagem também é muito elevada. Em Macau, existem cerca de mil e quinhentos enfermeiros, ou seja, em média, cerca de 2,5 enfermeiros para cada mil residentes e, comparando com o valor de 0,005 para os países desenvolvidos, Macau continua a registar falta de enfermeiros. O sistema de saúde de Macau regista falta de recursos humanos, sendo a situação mais grave a do sector da enfermagem, e os representantes desse sector não receiam dizer que “na sociedade, a procura pelos enfermeiros é cada vez maior”. Segundo as previsões da “Base de dados para os recursos humanos qualificados”, até 2015 vão ser necessários 700 a 800 enfermeiros, no entanto, existem apenas cerca de 500, portanto, uma diferença de 30 a 40%.

Face às necessidades actuais e futuras no âmbito da saúde, o Chefe do Executivo afirmou, na sessão de perguntas e respostas realizada no passado mês de Agosto, que “o prazo da construção do sistema de saúde é até 2020, durante o qual as instituições médicas e públicas precisam de contratar mais 400 médicos e 1000 enfermeiros, ou seja, um aumento de 100% em relação aos recursos humanos actualmente disponibilizados.” O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U, afirmou também que “com a concretização do planeamento de saúde para 10 anos, o Governo está preparado para a disponibilização dos respectivos recursos humanos”. O Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, refere que “com a conclusão gradual das instalações médicas, já se desenrolaram, neste ano, os procedimentos do novo recrutamento. Prevê-se que vão ser contratados mais 200 enfermeiros e 70 auxiliares de enfermagem... Estimando, com base nas camas disponibilizadas, o número de médicos necessário para o futuro, entre 2011 e 2020 será necessário formar e contratar 400 médicos.” Embora o governo sublinhe a necessidade de formar e contratar pessoal de enfermagem, não se verifica a existência de um planeamento ou de medidas sobre o assunto. Apesar de o Governo ter confirmado a contratação de mais médicos e enfermeiros, a formação desse pessoal exige tempo. Por exemplo, os 150 graduados de 2013, na área da enfermagem, não conseguem satisfazer as actuais necessidades.

Na minha opinião, o Governo deve, em articulação com o Quadro do Projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde para 10 anos, apresentar, quanto antes, um planeamento de médio e longo prazo, caracterizado pela viabilidade e cientificidade, sobre a formação de pessoal de saúde, médicos e enfermeiros. O Governo deve proceder à melhoria do regime de credenciação profissional ao nível da saúde e à avaliação do regime legal dos internatos médicos, incentivando assim os jovens a frequentar o curso de medicina. Para

além disso, é necessário melhorar os mecanismos de recurso aos médicos efectivos para assunção do papel de orientadores na formação, no sentido de formar médicos excelentes nas várias vertentes. Além do mais, o Governo deve inovar a mentalidade e otimizar a atribuição de recursos, prestando apoio efectivo às duas escolas locais de enfermagem, para formar mais pessoal qualificado e excelente. É de crer que com a adopção de várias medidas, é possível criar uma equipa de pessoal de enfermagem qualificado. Só assim é possível elevar, com base nas melhorias constantes das instalações médicas, o nível dos serviços de saúde de Macau e servir verdadeiramente a população.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 07.11.2013

As funções de *croupier*, supervisor e motorista profissional não podem ser desempenhadas por trabalhadores não residentes: esta é a política do Governo. Ultimamente, consta que há falta de motoristas e daí o pedido de liberalização da importação de trabalhadores. As questões que merecem o nosso estudo são: agora não há pessoas para desempenhar a função de motorista? Ou será que este ramo de actividade não é atractivo?

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), nos últimos dez anos, o número de pessoas com carta de condução de veículos pesados aumentou, anual e constantemente, (*vide* o anexo), passando de algumas centenas para mais de mil, e só no ano passado mais de duas mil pessoas obtiveram essas licenças. Segundo os dados das autoridades, até ao final do ano passado, o total de pessoas com carta de condução de veículos pesados é de dezenas de milhares. Assim, em Macau, muitas pessoas têm essas licenças, daí ser suficiente para satisfazer a procura de recursos humanos neste ramo de actividade.

No entanto, não estão salvaguardados os salários e as regalias dos motoristas em vários sectores, por exemplo, dos veículos turísticos. Apesar do rápido aumento de turistas em Macau, o trabalho dos motoristas não está garantido, muitos deles trabalham sob a forma de assalariamento e o seu salário base é demasiado baixo ou nem sequer existe e, embora queiram trabalhar mais, nem todos os dias têm trabalho, para além da falta de garantia de previdência. Algumas empresas exigem que os seus motoristas sejam responsáveis pelos serviços de manutenção e limpeza e até que se responsabilizem pelo estacionamento nocturno dos veículos. Alguns motoristas lamentam que, mesmo após mais de 40 anos de trabalho, os ganhos continuam a não ser estáveis e não possuem qualquer garantia de aposentação. Com este tratamento, como é que se pode atrair pessoas novas para a profissão? Como se pode fazer com que as pessoas permaneçam neste sector?

Eu acho que a atracção de novos trabalhadores para este sector profissional depende da força de vontade em contratar trabalhadores locais. Para que este sector tenha um desenvolvimento sustentável e consiga atrair constantemente novos trabalhadores, deve manter sob análise constante a forma de aumentar as regalias dos mesmos, de melhorar o ambiente e as condições de trabalho e de disponibilizar mais cursos de formação, entre outras. Se houver apenas uma visão restrita, estando o sector unicamente dependente da importação de trabalhadores, com vista a responder às suas necessidades, será difícil ter uma equipa de trabalhadores estáveis e de qualidade, o que não favorece o seu desenvolvimento a longo prazo. De facto, há vários anos que é defendido o princípio da não importação de trabalhadores para este sector, por isso alguns motoristas de autocarro viram o seu salário aumentado e melhores

condições de trabalho e, assim, conseguiu-se atrair trabalhadores relativamente jovens para essas funções. Mais, os trabalhadores locais conhecem melhor a situação rodoviária e os hábitos de condução de Macau, por isso, numa visão mais realista, será mais eficiente formar motoristas locais do que importar trabalhadores.

Tenho de salientar o seguinte, a restrição da profissão de motorista apenas para os locais é uma medida para garantir os postos de trabalho dos residentes e também uma importante pedra basilar para a garantia da estabilidade social e de emprego. Para além de uma constante falta de estabilidade nos postos de trabalho, onde é permitido, em Macau, importar trabalhadores, o salário está constantemente em baixa, pelo que é evidente que os locais terão um maior leque de escolha de emprego se garantirmos a não importação de trabalhadores para a profissão de motorista, sendo esta uma política muito importante. O Governo não pode, de modo algum, abrir a porta à importação de trabalhadores, porque, actualmente, podemos aproveitar um grande número de recursos humanos com carta de condução de motorista, caso contrário, isso irá afectar o salário e as regalias dos motoristas locais e será difícil para este sector desenvolver-se de uma forma saudável, sendo que os afectados serão os trabalhadores da camada mais baixa e isso irá também afectar os interesses gerais da população.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 07.11.2013

Viver e trabalhar com estabilidade é assunto importante para a vida e sobrevivência da população. Neste momento, a situação laboral em Macau é relativamente ideal, em comparação com o período anterior ao Retorno à Pátria. Porém, desde o episódio da “SARS”, o problema da habitação tem vindo a manter-se e, se não for resolvido, vai afectar, certamente, a harmonia e a estabilidade da sociedade. Na sequência do projecto de construção das 19 mil fracções públicas e da conclusão da sua venda, o Governo já reúne condições para responder às novas necessidades em relação à habitação. A revisão da Lei da Habitação Económica e o cancelamento dos limites de rendimento para o pedido desse tipo de habitação é o futuro objectivo do Governo, para os indivíduos ou famílias que ainda não compraram casa poderem, através dos seus esforços, realizar o sonho de ter uma habitação.

Presentemente, o valor dos preços das habitações e das rendas está fora do alcance dos trabalhadores e, mesmo que ambos os cônjuges trabalhem, têm dificuldades no pagamento das rendas e não têm capacidade financeira para adquirir casa, por isso esperam obter uma habitação económica. No entanto, com os limites máximos e mínimos definidos na Lei da Habitação Económica, alguns indivíduos e famílias não reúnem condições para fazer esse pedido.

No momento da elaboração da Lei da Habitação Económica, a promessa das 19 mil habitações públicas ainda não tinha sido cumprida, e o Governo estava preocupado com o arranjo das terras para esse efeito, por isso, criou certas restrições para o pedido de habitação pública, por exemplo: recursos limitados e distribuição razoável. Mas agora a referida promessa já foi cumprida e há casas novas em construção, assim, o Governo, para além de recuperar gradualmente as terras abandonadas, ainda tem cinco aterros em seu poder, então, eu admito que o Governo já está em condições de atender às exigências habitacionais da população, desde que tenha essa determinação.

No tempo da administração portuguesa de Macau, o Governo não tinha tantas receitas como agora, mas tinha terras disponíveis e soube negociar com os promotores, trocando as terras pela construção de habitações sociais e económicas, para resolver o problema habitacional da população; actualmente, como as receitas do cofre são avultadas, o Governo está em melhores condições para resolver este problema. Finalmente, a resolução do mesmo não depende da suficiência dos recursos, mas sim da actuação do Governo. Desde que o objectivo esteja definido, é sempre possível ultrapassar os obstáculos para resolver o problema, como acontece com as 19 mil habitações públicas. Face à subida descontrolada dos preços, no mercado imobiliário, certos residentes necessitados não podem “bater à porta” das habitações económicas devido aos seus rendimentos, situação que merece a consideração da sociedade. Será que os governantes não podem prometer uma casa para cada residente de Macau?

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 07.11.2013

Há dias, um representante do sector imobiliário afirmou, num debate, que no mercado de Macau não existe qualquer fenómeno de “bolha” e ainda: “*o preço dos imóveis é razoável e vai registar-se uma contínua, mas estável, subida*”. Isto gerou uma forte reacção do público. Na verdade, os rendimentos da maioria dos residentes estão longe de acompanhar a subida dos preços dos imóveis, situação que se mantém há já muito tempo, o que resulta na impossibilidade de concretização do sonho de viver com alegria. Assim sendo, estas afirmações só servem para incentivar a especulação e para manter os preços elevados.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o rendimento mediano subiu de 5 mil 167 patacas em 2004 para 12 mil patacas (14 mil no caso dos residentes de Macau) no 2.º trimestre de 2013, ou seja, triplicou ao longo destes últimos dez anos. Enquanto o preço médio da habitação transaccionada passou de 8 mil 259 patacas por metro quadrado de área útil para 88 mil 957 patacas no 2.º trimestre de 2013, ou seja, 1.077%. Esta diferença abismal (entre os rendimentos e o preço dos imóveis por metro quadrado) bem demonstra que o preço dos imóveis está muito aquém da capacidade aquisitiva dos residentes em geral, situação esta que afecta também o nível da qualidade de vida. Adquirir uma habitação é, para muitos jovens, uma “missão impossível”, porque por mais cortes que façam nas refeições e no vestuário, os seus rendimentos não conseguem acompanhar a subida dos preços dos imóveis, e mesmo que consigam apanhar a “boleia”, têm de arcar com um pesado fardo até ao resto da vida, ou seja, têm de trabalhar para pagar a casa, e tudo isto só para poderem ter melhores condições de habitabilidade. Viver e trabalhar com alegria parece ser hoje um objectivo inalcançável para muitos dos nossos residentes.

Em Julho do corrente ano apresentei uma interpelação escrita ao Governo para perguntar quando é que ia implementar novas medidas para controlar a subida dos preços dos imóveis. Na sua resposta, o Governo referiu que ainda não tinha tido tempo para rever os diplomas competentes. Quanto à pergunta sobre o efectivo arrefecimento dos preços do imobiliário, a resposta foi a seguinte: “*no futuro, o grupo de trabalho continuará a dar atenção às transformações no contexto económico e no mercado imobiliário,... e executando novas medidas...*”, o que quer dizer que o Governo ainda não pensa implementar qualquer medida específica para arrefecimento dos preços do imobiliário, dando antes liberdade ao mercado imobiliário, portanto, é bastante preocupante a sua atitude demasiado optimista face ao problema da habitação em Macau. Neste sentido, os cidadãos têm dúvidas quanto à determinação e ao dinamismo do Governo na resolução do problema de habitação. Desde a liberalização do jogo que o rápido desenvolvimento económico tem contribuído para a prosperidade do sector imobiliário, e os cidadãos sentem que o Governo não tem dado grande atenção aos residentes que necessitam urgentemente duma habitação, e para além disso, não procede a uma avaliação do mercado imobiliário e da capacidade da população para suportar os respectivos encargos, no sentido de lançar medidas para o controlo eficaz dos preços dos imóveis. Assim sendo, os residentes

continuam a duvidar da determinação e competência do Governo para resolver os problemas da habitação.

No Relatório das LAG para 2013, o Governo da RAEM afirma o prosseguimento do princípio da “habitação para todos, bem-estar para todos” e a criação de mecanismos eficazes e de longo prazo para assegurar a habitação. Ao fim de um ano, ouvimos a resposta do Governo: “encontrar um terreno é mais difícil do que construir uma habitação”. Os chamados mecanismos não passaram de um simples conceito. Ademais, o Governo salienta, repetidamente, a liberdade de mercado, portanto, prevê-se que seja impossível vir a adoptar qualquer medida para controlo dos preços de imóveis, ao que acresce o facto de ser maior a procura do que a oferta de habitações públicas, bem como graves as falhas na distribuição de recursos. Não há ainda uma estratégia nem um plano integral e efectivo para a futura política de habitação pública. Os residentes não conseguem saber qual vai ser a oferta de fracções públicas no futuro, por isso, não depositam grande esperança em conseguir uma habitação, o que resulta em reacções emocionais irracionais, até mesmo à fúria. Pelo exposto, alerto mais uma vez o Governo para que não tente experimentar a tolerância da população perante a sua incompetência em resolver os problemas de habitação. Face aos limitados recursos de solos e sob o princípio Macau governado pelas suas gentes, solicito ao Governo que demonstre a sua sinceridade em resolver, verdadeiramente, os problemas sociais, nomeadamente, assegurar, através do relatório das LAG para 2014, que se viva com alegria em Macau, no sentido de recuperar, novamente, a confiança da população na sua acção governativa!

Intervenção da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 07.11.2013

O Chefe do Executivo vai muito em breve apresentar o seu relatório das LAG para 2014. Para além da criação de mecanismos eficazes para as áreas ligadas à vida da população, ao desenvolvimento social, etc., eu, tal como muitos residentes, esperamos que o Governo consiga reforçar os trabalhos para o tratamento dos diversos contratos de exploração em regime de exclusividade.

Antes do retorno à Pátria, tendo em conta as restrições de Macau, isto é, terra pequena e mercado reduzido, a maior parte dos serviços públicos era concedida em regime de exclusividade pelo governo português, que, ao “pagar altos preços”, esperava em troca “serviços de qualidade e estáveis”. Mas face às transformações registadas no desenvolvimento social de Macau, os contratos de exploração em regime de exclusividade provavelmente já não conseguem dar respostas às actuais necessidades reais. As concessionárias prestam serviços indispensáveis à vida da população e ao desenvolvimento social, implicando grande interesse público, mas estão protegidas pelos referidos contratos, sem ter de passar pela concorrência do mercado livre. No entanto, quando estão a longo prazo inseridas num ambiente sem nenhuma concorrência, o resultado é: não há melhoria dos serviços e até piora a sua qualidade, e há dificuldade na negociação dos preços pelos residentes junto das concessionárias. O resultado final é: os residentes “pagam altos preços”, mas em troca recebem “serviços caóticos e de péssima qualidade”. Na realidade, há ainda uma questão mais grave que é a seguinte: quando uma concessionária se depara com graves problemas financeiros, de gestão, etc., e não consegue continuar a funcionar, o Governo fica obrigado, sem outra alternativa, a “ficar com o caos”, e no fim são os residentes de Macau que saem prejudicados.

Neste ano, ocorreram sucessivamente certos conflitos que envolveram contratos de concessão exclusiva, por exemplo, os litígios dos anteneiros, que duram há muitos anos, em que estes acabaram por ser condenados como transmissores ilegais de canais de televisão. Com vista a garantir o direito dos residentes de acesso a esses canais, o Governo tem de pagar à concessionária, até Abril do próximo ano, quando caduca o respectivo contrato de concessão exclusiva, 3,8 milhões, a título de despesa de activação, e pagar-lhe mensalmente 980 mil, para despesas de conservação; a Reolian, uma das concessionárias que prestam serviços de autocarro, foi declarada falida devido à sua má exploração e também à qualidade pouco satisfatória da prestação do serviço. Como a falência desta entidade tem implicação directa com o interesse público, o Governo acabou por se tornar no seu gestor; outro caso é o dos radiotáxis, cujos táxis não são efectivamente para ser chamados, e o dos litígios resultantes do contrato exclusivo da prestação de serviços de limpeza urbana, entre outros.

Nos próximos seis meses, vários contratos de concessão exclusiva vão terminar, sucessivamente, incluindo os contratos de subconcessão do Aeroporto de Macau (Dezembro de 2013), o contrato da TV Cabo (Abril de 2014), o da prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos e o

contrato da Reolian, cuja gestão é, provisoriamente, assumida pelo Governo (Abril de 2014). Proponho às autoridades que procedam a uma avaliação global dos serviços públicos de Macau, e das vantagens e inconvenientes dos contratos de concessão, e que iniciem os trabalhos preparativos com antecedência. Como esses contratos já não correspondem à realidade actual, as autoridades têm que actualizá-los com determinação e aproveitar o seu término para avaliar e aperfeiçoar as cláusulas contratuais em causa, e até considerar a liberalização do mercado conforme a realidade, permitir a concorrência liberal e garantir o fornecimento de serviços públicos estáveis e de boa qualidade.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 07.11.2013

As terras húmidas de Macau entraram recentemente, com sucesso, na lista das “Dez terras húmidas com maior encanto em 2013 na China”. Isto demonstra que as terras húmidas de Macau, apesar da pequena dimensão, contribuíram para preservar a diversidade dos seres vivos e manter o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a protecção ecológica. Mais ainda, é um reconhecimento dos esforços envidados pelos serviços competentes, ambientalistas e cidadãos, na coexistência pacífica entre o ser humano e o ambiente.

Para reparar o meio ambiente e permitir o crescimento e a vivência de diversas espécies, o Governo insistiu sempre nos princípios de “preservar o ambiente na mesma zona, sem efectuar deslocamentos” e num pensamento inovador sem descurar a realidade. Os lagos artificiais criados pelo IACM na Estrada da Baía de Nossa Senhora da Esperança levaram ao ressurgimento dos pirilampos. A gestão efectuada pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) na zona ecológica do COTAI, com uma área total de 50 hectares, contribuiu para transformá-la numa zona húmida próspera e rica em espécies, e para atrair um pouco mais de uma centena de espécies de aves. Em consequência, toda a zona passou a ficar com alta densidade de aves, tais como o colhereiro. Essas lagoas artificiais transformaram-se ainda num berço de reprodução do colhereiro, após uma reparação cautelosa. Podemos observar, através dos referidos casos, que o Governo elevou o seu nível de profissionalização de gestão e implantação do mangue e de zonas húmidas, entre outras matérias. O Governo conseguiu adquirir o direito de patente e o modelo de utilidades na matéria e também conseguiu, através de experiências de trabalho de equipa, de reordenamento e gestão dos trabalhos, adquirir o presente mérito, que representa um reconhecimento e um melhor incentivo para os trabalhos de protecção ambiental em Macau.

As zonas húmidas de Macau ficaram apuradas entre as melhores do país e ganharam glória. Sendo assim, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. O Governo deve tomar decisões firmes favoráveis ao desenvolvimento de longo prazo da sociedade

Na definição, ou mesmo na implementação das políticas, é natural haver diferentes vozes na sociedade. Através destas sugestões em relação à definição das políticas, os dirigentes podem conhecer melhor a opinião pública, mas o sucesso de implementação de uma política está sujeito às decisões e sabedoria dos dirigentes, e à capacidade e determinação da equipa dos funcionários públicos. Se as políticas forem planos de longo prazo e se num curto espaço de tempo não for possível prever os resultados, assim, o Governo deve estar aberto à opinião pública, a fim de desfazer mal-entendidos e a preocupações da população em relação a essas políticas. Entretanto, no momento das decisões, a sociedade

considera que “as políticas não vão ter boas perspectivas”, e se essas políticas forem favoráveis ao desenvolvimento sustentável da sociedade, os dirigentes, os seus últimos “protectores” e “promotores,” devem ter vontade firme e, durante a sua implementação, continuar, através dos mais diversos métodos, a aumentar a transparência, a fim de informar o público. Este exemplo, em que as zonas húmidas ficaram classificadas, demonstrou que só com vontade firme é que o Governo pode alcançar estes resultados.

2. Os cidadãos devem, em tempo oportuno, encorajar o Governo

Para a construção de um governo de prestação de serviços é necessário o apoio de todos os cidadãos. Na definição, implementação e concretização das políticas, o Governo deve ter como último objectivo servir a sociedade. O Governo alcançou sucesso na concretização das políticas ou até mesmo ganhou glória para Macau, ou seja, uma situação idêntica à dos atletas que ganham medalhas em representação do seu país ou região, por isso, os cidadãos devem, em tempo oportuno, encorajar e elogiar o Governo, a fim de fazerem parte dos seus maiores “apoiantes” e “impulsionadores”.

3. Sugestões:

Nestes últimos anos, a sociedade tem prestado atenção à questão da capacidade de Macau ao nível do acolhimento de turistas. Actualmente, os itinerários de visita, disponibilizados nos vários postos fronteiriços e elaborados pelos serviços especificamente responsáveis pelo turismo, bem como pelos outros serviços competentes, contribuem para promover os pontos turísticos que integram a Lista do Património Mundial e para efeitos de escoamento. Proponho então ao Governo que tome como referência os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Ciência de Macau, que representa um exemplo de sucesso. O Centro de Ciência, que se tornou num *ex-libris* da cidade, esforça-se no impulsionamento da cooperação regional. Por via da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Estratégica na Popularização da Ciência em Cantão e Macau, este Centro colabora com o Centro de Ciência de Cantão para o desenvolvimento permanente dos trabalhos de popularização da ciência, impulsionando, em conjunto, o ensino a esse nível em Cantão e em Macau, reforçando os conhecimentos da população sobre a popularização da ciência e organizando actividades de troca científica e tecnológica, destinadas aos alunos do ensino secundário das duas cidades, para transformar o Centro de Ciência de Macau numa base da ciência para os territórios circundantes.

Independentemente de serem as terras húmidas, as colinas, os mangues, etc., a população de Macau está fortemente consciencializada para a protecção ecológica e ambiental. Entretanto, os trabalhos de preservação exigem melhorias incessantes, e a longo prazo é necessário contar com a cooperação regional. Por exemplo, a organização de grupos de alunos dos territórios vizinhos para virem a Macau para efeitos de turismo ecológico contribuirá para a promoção dos trabalhos de preservação desenvolvidos em Macau e para efeitos educativos.

A vinda de um grande número de turistas serve para promover Macau. No entanto, não deve caber apenas ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais a divulgação e promoção das nossas terras húmidas e pontos naturais e ecológicos, mas, sim, é necessário colaborar com a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e a Direcção dos Serviços de Turismo para alcançar, gradualmente, uma colaboração regional ao nível de divulgar o espírito da preservação e partilhar as experiências do sucesso.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 07/11/2013

Em 2011, a DSAT lançou o “Quadro Geral da Política do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, com vista a responder à procura dos cidadãos e visitantes no âmbito das suas deslocações, adaptando-se às necessidades inerentes ao desenvolvimento da diversificação moderada da estrutura económica de Macau. Passados dois anos, tudo isto merece ser revisto.

Macau é uma cidade pequena, mas com muitos veículos e ruas estreitas, portanto, há quem considere que o problema do trânsito “não tem cura”, mas há ainda quem considere que se trata de uma condição para criar o sistema pedonal. É interessante que, segundo os resultados dos estudos e pesquisas, o índice das práticas ecológicas dos residentes atinja os 3,75 pontos (a pontuação mais elevada é 5), subiu cerca de 5% em comparação com o ano passado. Mais de metade dos entrevistados pratica actos ecológicos “várias vezes” ou “frequentemente”, por exemplo “poupar água”, “fechar os aparelhos electrónicos quando não os utilizam” e “evitar a produção de resíduos de cozinha”, mas não têm a intenção de fazer passeios ecológicos. Os resultados demonstram que, no âmbito da protecção ambiental, existe entre os residentes uma grande diferença entre a consciencialização e os actos, como por exemplo, a consciencialização para a protecção ambiental dos jovens é muito elevada, mas as suas práticas ecológicas são menores. Tudo isto merece a nossa reflexão.

O Governo tem o dever inalienável de incentivar a população a “falar e a actuar do mesmo modo” no âmbito da protecção ambiental. O Governo deve reforçar constantemente a promoção e a sensibilização, e disponibilizar mais instalações e espaços arborizados, para que a população possa gozar, verdadeiramente, duma vida verde. Assim sendo, Macau pode encaminhar-se para um desenvolvimento sustentado e favorável à sua transformação num centro de turismo e de lazer a nível mundial, caracterizado pela eficácia e pela poupança de energia.

Na realidade, no debate do relatório das LAG no ano passado, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas apresentou o plano e os pormenores do sistema automático de circulação pedonal, demonstrando a determinação do Governo quanto à aplicação deste sistema. Entretanto, com base na nossa experiência, são imensas as dificuldades e desafios no caso da instalação de novos elementos na península de Macau, em particular, nos bairros antigos. É natural que depois de vários anos de planeamento não seja possível pô-los em prática. Pelo exposto, apresento uma nova sugestão - recorrer ao sistema automático de circulação pedonal para ligar o Cotai e o conjunto de habitações públicas, com vista a criar uma zona exemplar para o lazer em Coloane e na Taipa.

O complexo de habitação pública de Seac Pai Van é composto pelos edifícios económicos On Son, Koi Nga, Ip Heng e os edifícios sociais Lok Kuan, faculta mais de 8.600 fracções habitacionais e tem uma capacidade de acolhimento de 22 mil moradores. Se no Projecto de urbanização de Seac Pai Van, elaborado pelo Governo em 2009, se incluírem os projectos previstos para os terrenos circundantes, a população de toda aquela zona atingirá as 60 mil pessoas, assim sendo, não podem ignorar-se as suas necessidades do dia a dia e de consumo, assumindo-se então o sistema pedonal como meio importante para a concretização de uma vida amiga do ambiente e para a revitalização comunitária da zona.

Basta ter visão para não ser difícil reparar que as zonas ao redor de Seac Pai Van estão ligadas aos vários grandes projectos do COTAI, tais como, a zona de lazer do sul do COTAI, que fica pertíssimo de Seac Pai Van, permitindo a criação de uma “rede pedonal ecológica de 20 minutos”. Esta “rede pedonal” que estou a referir, tem o seu núcleo a partir da rotunda de Seac Pai Van, num raio de cerca de 1,5 km, abrangendo o reservatório de Ká-Hó e o futuro hospital das ilhas, que ficam a norte, bem como a nordeste o estádio dos jogos da ásia oriental e outras instalações desportivas que estão interligadas, o posto fronteiriço da Flor de Lotus e o pantanal que ficam a noroeste, o pavilhão dos pandas e o jardim de Seac Pai Van que ficam a oeste, e o trilho que fica a sul.

Pelos vistos, o complexo de habitação pública de Seac Pai Van é já, em si, uma pequena comunidade, a partir do qual se pode caminhar até às existentes, e futuras, instalações de divertimento, desportivas, de lazer e médicas, facilitando a vida dos seus moradores, aliás, pode ainda estudar-se a criação de um rua de comércio para as PME. Desde que a rede rodoviária seja bem planeada, facilmente se consegue chegar à nova comunidade do Cotai, que fica a norte, a oeste, onde está a ser criada uma zona cultural e criativa na Estrada de Lai Chi Vun e na Rua dos Navegantes, portanto, uma rede verde, que proporciona aos moradores de Coloane um ambiente confortável para viver e boas condições para a exploração de negócios.

Hoje, são cada vez mais tanto os moradores no referido complexo como os prédios privados vizinhos que estão a ser construídos e ocupados, assim, o Governo, para além de satisfazer as necessidades de habitação dos residentes, deve ainda aperfeiçoar as instalações complementares, assumindo uma visão prospectiva e coordenando as políticas e os projectos de construção de habitações públicas na criação duma cidade verde, em prol do bem estar da população.

IAOD de Chan Hong – 2013.11.07

Os trabalhos da área social que eram inicialmente desenvolvidos por associações cívicas de natureza caritativa e religiosa passaram a ser desenvolvidos pelo Governo da RAEM com o apoio de instituições não governamentais, sob o modelo “investimento do Governo e serviços prestados pelas associações ou instituições cívicas”, modelo este que conseguiu algum sucesso com os esforços envidados durante anos. Face ao desenvolvimento económico e ao aumento da esperança de vida, são cada vez maiores as exigências relativas aos diversos serviços e instalações sociais ligadas às crianças, jovens, idosos, famílias, bairros comunitários, lares, etc.. A população tem apresentado opiniões sobre a falta de planos de longo prazo para desenvolvimento dos serviços sociais, todos os anos nas LAG o Governo faz apenas uma listagem dos serviços sociais e dos trabalhos concretos de menos importância, o que deixa a população com a sensação de que só “trata as dores de cabeça quando esta dói, e a dos pés quando estes se queixam”. São então prementes a criação de planos de médio e longo prazos para o desenvolvimento dos serviços sociais e a definição de políticas a longo prazo para a formação de talentos. Na minha opinião, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento social, o Governo deve proceder a uma ampla recolha de opiniões junto dos residentes e do sector dos serviços sociais, para definir, quanto antes, planos de médio e longo prazos para o sector, e ainda criar mecanismos perfeitos para a formação de talentos, tudo em prol do desenvolvimento contínuo do sector dos serviços sociais de Macau. Na minha opinião, pode começar-se a trabalhar da seguinte forma:

1. Resolver a insuficiência de recursos humanos e de espaços, o problema das rendas elevadas, etc.

Recentemente, o Chefe do Executivo Chui Sai On fez uma visita aos bairros comunitários para saber do ponto de situação dos serviços sociais. Muitas associações que prestam serviços sociais apontaram que estão a enfrentar problemas, tais como, insuficiência de recursos humanos e de espaços, rendas elevadas, falta de assistentes sociais, docentes de ensino especial, profissionais das áreas da psicologia clínica, fisioterapia e terapia ocupacional, entre outros, bem como o “duplo envelhecimento” das famílias com deficientes. Espero que o Chefe do Executivo, através de políticas, medidas e recursos, consagre no seu relatório das LAG para 2014, formas para resolver as dificuldades com que se deparam as associações cívicas e instituições não governamentais que prestam serviços sociais. Espero ainda que sejam definidos planos concretos para o regime de apoio financeiro, e que sejam criados mecanismos para elevar a comunicação entre o Governo e as associações e instituições que prestam serviços sociais e o pessoal da linha de frente, por forma a resolver as dificuldades.

2. Aumento da formação de assistentes sociais

Uma boa equipa de assistentes sociais é essencial para o desenvolvimento sustentável do sector. Como as necessidades nesta área são cada vez maiores, a acção dos assistentes sociais é cada vez mais abrangente, sendo previsível que também a procura por estes profissionais venha a ser cada vez maior. Segundo o Presidente do Instituto de Acção Social, *long Kong lo*, nos próximos dois anos, vão entrar em funcionamento 43 equipamentos dos serviços sociais, e com base na avaliação efectuada, vão ser necessários cerca de 1 200 profissionais, de entre os quais 300 assistentes sociais, enfermeiros e terapeutas. Como as nossas instituições de ensino superior só têm cursos de serviço social e de enfermagem, os terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas têm mesmo de ser “importados”. Para o efeito, o Instituto de Acção Social referiu que ia negociar com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude no sentido de aumentar o número de bolsas especiais, para que os alunos possam tirar aqueles cursos fora de Macau e servir a nossa cidade depois de terminados os seus estudos. Como é que aquelas 1 200 vagas para profissionais dos serviços sociais podem ser ocupadas a curto prazo? Trata-se de um problema urgente e que fica por resolver. Na minha opinião, o Governo deve proceder a uma planificação para desenvolvimento dos profissionais da área dos serviços sociais, deve criar, quanto antes, um mecanismo permanente para a formação de assistentes sociais e, ainda, aproveitar a cooperação regional, com vista a aumentar a formação destes profissionais e a atrair novos.

3. Definir o “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” o mais rápido possível, com vista a estabilizar estes profissionais

Difícilmente se consegue atrair os jovens interessados nesta profissão se não houver perspectivas nem oportunidades de promoção e, hoje em dia, as perspectivas na profissão de assistente social não são claras. O Governo deve então criar melhores condições para o desenvolvimento da profissão e aperfeiçoar as respectivas garantias e benefícios para estes profissionais. No ano passado, o Instituto de Acção Social terminou as tarefas de auscultação pública sobre a Lei do “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”, este ano, a “Equipa Específica - Revisão da Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” do Conselho de Acção Social acompanhou o respectivo processo legislativo, e aquele Instituto vai ainda levar a cabo uma outra auscultação, no sentido de aperfeiçoar a redacção da referida lei, tudo isto com vista a que a mesma possa corresponder melhor ao desenvolvimento social. Assim, pode elevar-se o prestígio da profissão de assistente social, ao mesmo tempo que se protegem os direitos dos utentes dos serviços sociais. Aplaudo esta segunda auscultação sobre o “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”, e espero que mais profissionais, peritos e académicos possam participar nesta discussão, com vista ao alcançar de um consenso, oferecendo-se assim garantias e oportunidades de promoção aos profissionais em causa, e aumentando-se a qualidade e a eficácia dos serviços sociais. Quando é que o “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” vai ser entregue à Assembleia Legislativa? O Governo deve divulgar a respectiva planificação e calendarização junto da população e dos profissionais em causa.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 07.11.2013

Dar atenção à inflação e garantir a vida dos residentes

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o índice de preços no consumidor (geral), em Setembro do corrente ano, foi de 125,03%, um aumento anual de 6,12%. Merece atenção o seguinte: a subida deste índice do corrente ano deveu-se, principalmente, ao aumento das refeições fora de casa, dos preços dos legumes e das rendas das habitações. Para além dos altos preços dos produtos de primeira necessidade, a subida contínua dos preços dos alimentos e das rendas constitui um grande encargo nas despesas dos residentes e estes apontam, desde há muito, que isto impossibilita o aperfeiçoamento verdadeiro da sua vida.

Em termos gerais, parece que só os residentes com poucos rendimentos é que têm de economizar nas suas despesas com alimentos e vestuário e que só as mães vão aos mercados e supermercados, todos os dias, para comparar os preços e ponderar muito bem, antes de usar cada pataca. No entanto, como agora está na moda o consumo quer individual quer em grupo e a troca de produtos pela internet, surgiu na rede um grupo de mães que, embora não se conheçam, partilham as suas experiências de consumo, por exemplo, uma determinada farmácia na Taipa vende fraldas para bebé a preços baixos, um supermercado em Toi San está a vender gel de banho para bebé com a oferta de prendas, etc. Tudo isto comprova que a alta inflação dificulta a vida tanto dos residentes de categoria social baixa como de rendimentos médios, deixando-os sentir a pressão económica. A fim de economizar nas despesas familiares, os residentes esforçam-se, o máximo possível, por aumentar as receitas e cortar nas despesas.

Face à questão do elevado preço dos alimentos, tais como produtos frescos e vivos (carnes e legumes), o Governo criou, em Junho de 2012, um grupo de trabalho interdepartamental para os preços dos produtos alimentares. No entanto, após a publicação, no dia 11 de Setembro de 2012, dos preços dos enlatados, obtidos depois de estudos do referido grupo de trabalho, este não divulgou até hoje mais nenhuma informação, o que leva a população a questionar sobre as suas funções. Espero que o Governo adopte medidas para atenuar a escalada dos preços dos produtos e com determinação proíba a fixação conjunta de preços, alargando as fontes de fornecimento dos produtos e liberalizando o mercado abastecedor.

Nos últimos anos, o preço dos imóveis tem subido em escalada, bem como as rendas, o que decorre de muita procura de habitações para alugar por parte dos trabalhadores importados; ao mesmo tempo, pode constatar-se ainda que a renda das lojas tem vindo também a subir anualmente, o que deixa os residentes e as PME a sofrer. Segundo algumas opiniões, deve-se, através da revisão das leis, reforçar a regulamentação do mercado de arrendamento, em prol do seu desenvolvimento saudável.

Segundo os dados publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos sobre o Índice de Preços no Consumidor (IPC), de 2009 a 2013, pode constatar-se que, no final de cada ano, aquele índice tende a aumentar. Assim, solicito ao Governo para, nas acções governativas do próximo ano, envidar todos os esforços para apoiar os residentes na luta contra a inflação, por forma a aliviar a pressão sentida no dia-a-dia, e adoptar medidas para resolver as dificuldades sentidas pela população, tendo em conta as necessidades das famílias mais carenciadas e com baixos rendimentos e das outras com rendimentos médios, em prol da salvaguarda do nível de qualidade de vida de todas as camadas sociais. O Governo da RAEM deve necessariamente adoptar medidas eficazes para resolver as dificuldades dos residentes, por forma a estabilizar a população, em prol da salvaguarda da harmonia da sociedade e do usufruto dos resultados do desenvolvimento social.

Por isso, eu entendo que o Governo da RAEM deve continuar no próximo ano o plano de comparticipação pecuniária, a promoção da comparticipação nas despesas de electricidade, dos subsídios para trabalhadores com rendimentos baixos e para idosos, bem como as diversas medidas redutoras e de isenção de impostos, devendo ainda elevar o limite do salário que pode ficar isento de imposto profissional. Solicito ao Governo que reforce o apoio aos três tipos de famílias em situação vulnerável e que tome por referência a taxa do crescimento económico, o salário médio e o índice de preços no consumidor, entre outros critérios, para criar um mecanismo mais científico e razoável de ajustamento do valor do Risco Social, para atender às exigências das famílias em situação vulnerável e com uma vida complicada. Com vista a apoiar as famílias de classe média, o Governo deve promover mais medidas favoráveis sobre os diversos tipos de impostos, por exemplo: a favor dos contribuintes que têm idosos ou filhos menores a seu cargo ou que contraíram empréstimos para as casas. Entretanto, o Governo deve aproveitar bem o Grupo de Trabalho Interdepartamental para os Preços dos Produtos Alimentares e acelerar o arranque do processo legislativo para combater as irregularidades na circulação dos produtos alimentares. O Governo deve fiscalizar com rigor o preço dos bens essenciais, com vista a eliminar as irregularidades, por exemplo: o monopólio e o aumento irregular dos preços. Finalmente, solicito ainda ao Governo que reveja atempadamente a

legislação relativa ao arrendamento, para que as rendas das habitações e dos estabelecimentos comerciais possam manter-se a um nível razoável.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 07.11.2013

O Governo deve resolver os problemas habitacionais da população

Senhor Presidente,
Caros colegas.

Relativamente à habitação pública, o Governo da RAEM anunciou a política de prevalência das habitações sociais sobre as habitações económicas, cuidando em primeiro lugar das famílias com baixos rendimentos e das comunidades mais fragilizadas. Esta política foi lançada há já algum tempo, e olhando para o passado, podemos verificar que a política habitacional do Governo ainda padece de problemas que continuam por resolver. Sob a política de prevalência das habitações sociais sobre as económicas, a promessa das 19 mil habitações públicas acabou por não ser atempadamente cumprida, para além disso, a sua qualidade não é boa, o design não foi pensado tendo em conta as necessidades dos moradores, os requisitos constantes da nova lei da habitação económica e as futuras políticas habitacionais, bem como a reserva de terrenos, são factores que têm sido alvo das críticas da sociedade. Há quem refira que a insatisfação da população é por demais evidente.

Relativamente às habitações sociais, os candidatos ainda não conseguiram adquirir a sua casa, uma vez que os quatro anos de prazo que o Governo lhes prometeu já passou, e ainda não se sabe quando é que vão ter a sua casa. Como as fracções sociais não são suficientes, os serviços competentes exigiram o consentimento de alguns candidatos necessitados para a partilha da casa com outros, portanto, “uma casa para duas famílias”, situação que mereceu as críticas de muitos residentes. O Governo afirmou que ia cuidar em primeiro lugar das famílias com baixos rendimentos e das comunidades mais fragilizadas, então, como é que se explica esta situação?

A habitação social destina-se especialmente aos residentes com baixos rendimentos, no entanto, os candidatos não atingiram o limite. No caso da habitação económica, os candidatos são mais do que os da habitação social, assim, o princípio da “habitação económica ser um complemento da social” levanta dúvidas quanto à sua adesão às reais necessidades da sociedade. A subida dos preços dos imóveis registada nos últimos anos resulta de diversos factores, e não restam dúvidas de que os preços ultrapassam, de facto, a capacidade económica da maioria da população. A insuficiência de oferta de habitações económicas dificulta o acesso à habitação dos residentes e a política de habitação pública destinada ao controlo dos preços dos imóveis não produz efeitos. Face à pressão inflacionista e aos elevados preços dos imóveis, os residentes da classe média só podem suspirar, mas a situação daqueles que já têm uma habitação ainda é pior.

Assim sendo, solicito ao Governo que actue de imediato, eliminando as medidas adoptadas para a habitação social, nomeadamente a partilha de fracções

por mais de uma família. Cada família deve ter direito a uma fracção, no sentido do respeito pela sua privacidade, e deve divulgar-se, quanto antes, a previsão do número de fracções sociais a atribuir. Para além disso, solicito ainda que adopte medidas eficazes para controlar a subida dos já elevados preços dos imóveis e que aumente a oferta de fracções económicas, no sentido de responder às necessidades sociais, assim como que pondere e estude a viabilidade de arrendar ou adquirir terrenos na Ilha da Montanha para a construção de habitações públicas. Com o grande apoio do Governo Central, com o bom ritmo do desenvolvimento económico e com a situação satisfatória da reserva financeira da RAEM, o Governo deve utilizar melhor o erário público para assegurar as necessidades básicas de habitação dos residentes das camadas sociais mais baixas, deve adoptar medidas para atenuar a pressão que os residentes da classe média enfrentam, deve resolver, de facto, os problemas de habitação dos residentes, para que todos possam viver e trabalhar com alegria.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 07.11.2013

Existem problemas de higiene e gestão nos mercados municipais!

Os vendedores ambulantes e os cidadãos afirmam que a gestão dos mercados municipais em Macau é caótica e que o ambiente peca por falta de higiene. Adiantam ainda que frequentar estes mercados pode afectar a saúde. Veja-se o exemplo da câmara do lixo e das condutas para transporte do lixo no Mercado de S. Lourenço. O acesso às condutas está sempre trancado, por isso, é frequente os vendedores recorrerem ao elevador para transportar o lixo até ao posto de recolha. Os vendedores pediram-me para colocar esta questão ao Governo: Para que servem aquelas condutas? Não é para deitar o lixo? Não é nada científico e é até ambíguo criar condutas para transporte do lixo e manter os acessos fechados. Há aqui uma outra grande questão - o lixo e os resíduos líquidos podem penetrar através das fissuras dos elevadores para o sistema mecânico, e podem levar à proliferação de ratos e baratas, piorando a situação de higiene que já é grave. Muitas vezes, as escamas de peixe, intestinos e penas de galinhas e de patos, assim como outros resíduos, podem ficar espalhados nos elevadores por falta de cautela durante o seu transporte. Esses resíduos de animais e outros podem provocar mau cheiro, afectando o ambiente e a saúde.

Outro exemplo é a cobertura das condutas para transporte do lixo nos vários pisos do mercado S. Domingos se encontrarem todas danificadas. A situação já se mantém há muito tempo porque ninguém liga ao assunto e nunca foi enviado pessoal para as reparar. Académicos e peritos afirmam que o mercado de S. Domingos dispõe de ar condicionado mas este devia ter um sistema de reciclagem do ar. A falta de cobertura nas condutas para transporte do lixo poderá causar poluição, uma vez que o lixo de cada um piso é lançado e vai-se acumulando na câmara principal. Isto pode levar ao aparecimento de grande quantidade de bactérias, que podem espalhar-se por todo o mercado através do sistema de ventilação, afectando gravemente a saúde dos vendedores e dos cidadãos.

Na opinião de académicos e peritos, este caso demonstra bem que os unidades subordinadas do IACM devem adoptar critérios de gestão uniformes. No entanto, porque é que existem modelos diferentes de gestão no âmbito das condutas do lixo e da higiene? A boa ou má gestão das condutas pode afectar directamente o situação de higiene nos mercados, e tem implicações no surgimento de doenças respiratórias. Tudo isto prejudica a saúde dos vendedores e dos cidadãos, e o mais grave é que pode colocar em risco a segurança dos produtos alimentares. Na opinião de académicos e peritos, se o IACM continuar a actuar de forma passiva nesta matéria, e sem noção de risco, sobretudo na questão da saúde, estou em crer que a lei e os regulamentos que foram aprovados recentemente não vão passar do papel, porque a qualidade da gestão dos mercados por parte do IACM é, de facto, insatisfatória.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 07.11.2013

O Governo da RAEM referiu que estava a proceder a estudos sobre a questão do mútuo reconhecimento das cartas de condução entre o Interior da China e Macau, o que suscitou dúvidas à população, que alega que isto irá provocar o caos nas nossas vias, que estão já muito sobrecarregadas. Há ainda a preocupação com os motoristas transfronteiriços, ilegais ou não autorizados, que, conseqüentemente, poderão vir a causar mais acidentes de viação. Tudo isto também vai trazer mais dificuldades na assistência médica, na execução das leis, no surgir de questões jurisdicionais e na indemnização do segurador por danos eventualmente causados. Para a parte patronal, o mútuo reconhecimento das cartas poderá vir a resolver a insuficiência de motoristas, mas os motoristas locais preocupam-se com a degradação das suas condições salariais.

Na minha opinião, o objectivo principal do mútuo reconhecimento das cartas de condução é facilitar a visita dos turistas e, para este efeito, o Governo deve ponderar sempre o posicionamento do desenvolvimento da nossa cidade para determinar o sentido das políticas. O mútuo reconhecimento das cartas pode aumentar as dificuldades de governação. No âmbito da cooperação regional, o Governo deve pensar de forma mais positiva e persistir na adopção de medidas para o desenvolvimento sustentável de Macau, mantendo as vantagens e características da cidade, pois tudo isto beneficia realmente a complementaridade das próprias vantagens regionais.

A tendência natural é a integração regional, mas não deve ser sem limites. Ainda me lembro da altura do retorno de Macau à Pátria, em que a questão da residência das crianças nascidas localmente, mas com pais do Interior da China, ficou completamente resolvida, porque as nossas leis estavam bem elaboradas, enquanto a região vizinha ficou presa a este problema. Nos últimos anos, mercê da integração regional, os residentes de Shenzhen podem pedir um só visto para múltiplas entradas em Hong Kong, o que levantou grande oposição por parte dos seus residentes. No caso de Macau, os residentes de Zhuhai ainda não podem aceder a essa política.

O posicionamento do desenvolvimento de Macau é tornar-se num centro mundial de turismo e lazer e numa cidade agradável para viver e, tendo em conta a sua situação concreta, o Governo deve incentivar os turistas a passear a pé e a utilizar os meios de transporte público para se deslocarem na nossa cidade, em vez do inconveniente de terem que conduzir. Macau deve esforçar-se por ser uma cidade chinesa agradável, um centro mundial de turismo e lazer, onde não seja permitida a troca de cartas de condução, pois os turistas podem visitar facilmente a nossa cidade, dando passeios a pé e com o recurso aos transportes públicos. Acredito que isto poderá beneficiar o posicionamento do desenvolvimento de Macau.

O Governo da RAEM deve aproveitar o mecanismo de comunicação constante do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau para obter a concordância

de todos sobre o posicionamento do desenvolvimento de Macau, que é tornar-se num centro mundial de turismo e lazer e numa cidade agradável para viver, convencendo-os de que isto pode beneficiar realmente a complementaridade das vantagens regionais e trazer proveitos para o País e outras regiões vizinhas. Devido às limitações geográficas de Macau, o mútuo reconhecimento das cartas de condução não é adequado, o que não sucede no Interior da China, pois aí não há as mesmas limitações. Assim, o Governo deve lançar medidas específicas para cada caso concreto, pois isto depende do rumo do desenvolvimento da cidade.

De facto, o Governo Central e os serviços competentes da província estão já a proceder a análises sobre a possibilidade da entrada de veículos de Macau na Ilha da Montanha, mediante a respectiva inscrição. Com base no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, onde se fala da *“promoção do desenvolvimento coordenado entre as indústrias e mobilização dos profissionais entre regiões”*, o Governo da RAEM deve definir, por sua iniciativa e quanto antes, medidas concretas para permitir a entrada de veículos de Macau na Ilha da Montanha, bem como noutras regiões, consoante as necessidades da futura cooperação Guangdong-Macau, criando assim condições para permitir também a participação dos nossos sectores de logística e de transporte na cooperação regional.

IAOD do Deputado Au Kam San em 07.11.2013

Incompetentes fora do cargo!

Nos últimos anos, em Macau, aconteceram vários casos de inclinação de prédios devido a obras de reconstrução dos prédios ao lado, levando à preocupação da população. De entre estes casos, o do edifício Sin Fong Garden foi o que apresentou perigo iminente, tendo sido evacuado imediatamente pelo Governo. Foi dado um subsídio de arrendamento aos proprietários para ficarem alojados provisoriamente e o Chefe do Executivo tranquilizou-os pessoalmente. Mas o problema arrasta-se há mais de um ano, e até à data não existem indícios de uma resolução eficaz. Mais, ainda não foi encontrado o causador deste problema e as pessoas estão tristes com o caso, porque, após mais de um ano, os residentes ainda não conseguiram regressar às suas casas, devido a burocracia, atrasos nos trabalhos e ineficácia dos dirigentes.

Existem muitos edifícios, em Macau, com 10 a 20 anos de existência, semelhantes ao Sin Fong, e se a sua inclinação se deveu a obras no terreno ao lado, levando ao efeito de dominó, então certamente muitas pessoas ficarão pasmadas com essa causa. Mais, os casos de inclinação ou até de ruptura das paredes dos edifícios Meng Heng, dos Funcionários Públicos em Toi Sán, do bloco III do Koi Fu, e ainda dos edifícios Sin Fong, Kwong Heng, Lei Cheong e Ou Wa, puseram em causa a vida e o património da população, devido a obras de reconstrução dos edifícios do lado. Se isso aconteceu com edifícios com 10 a 20 anos de existência, então a maioria dos edifícios de Macau irá enfrentar esse problema. Actualmente, o preço das habitações está em alta e a maioria das pessoas só compra uma casa na vida inteira, no entanto, se essa pessoa assumir pagar a casa a prestações a vida inteira, se de repente esta ficar em ruínas, todos vão passar a ter medo?

Com o desenvolvimento da cidade, especialmente no que se refere à reconstrução dos edifícios velhos nos bairros antigos, podemos prever, se os métodos não se alterarem, a probabilidade de continuarem os casos de ruína, devido às obras de reconstrução dos edifícios do lado. Mas o Governo não tem medidas para resolver esta questão, o que leva a muitas preocupações da população. Os proprietários do edifício Sin Fong afirmaram que se tinham queixado, um ano antes, junto da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), porque as obras do terreno ao lado faziam tremer o seu edifício, e encontraram fendas nas paredes e infiltrações, entre outros problemas. A DSSOPT referiu sempre que apenas “tratava de casos mais urgentes”, atrasando o tratamento da questão, até que se deu a inclinação do referido edifício e então levou o caso mais a sério. Mas o tratamento a sério desta questão só aconteceu quando os residentes foram evacuados do edifício, em perigo iminente de ruína, porém o tratamento posterior da situação ficou como no início, isto é, a continuação dos atrasos nos trabalhos.

O incidente do edifício Sin Fong ocorreu há mais de um ano e os moradores envolvidos foram obrigados a deixar as suas casas, desde Outubro do ano passado, mas as autoridades ainda não tomaram uma decisão sobre o caso. Disseram, por um lado, que o edifício não estava em risco de ruína e não necessitava de ser demolido de imediato, mas, por outro, não levantaram o bloqueio. Algumas lojas, mesmo não correndo o risco de ruir, estão ocupadas, há longo prazo e sem compensação, pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas, por necessidade de obras de consolidação, e até as fechaduras dessas lojas foram mudadas e os proprietários não podem entrar. Enquanto os residentes das fracções habitacionais recebem do Governo subsídios de residência, os proprietários das fracções comerciais estão sem nada e as suas propriedades, invadidas e usadas pelas autoridades. Este acto de ocupação do património privado com o recurso ao poder público é, obviamente, contrário à protecção da propriedade privada prevista no art. 6.º da Lei Básica.

O problema do edifício Sin Fong afecta muito a sociedade, envolvendo a perda das casas dos seus moradores e a segurança dos vizinhos deste edifício, só que a resolução está a arrastar-se. Já foi publicado o relatório final, segundo o qual, a abertura de fendas na coluna principal do edifício é o elemento crucial do incidente. Perante isto, o construtor imputou a responsabilidade ao engenheiro. Os pequenos proprietários, enquanto consumidores, adquiriram as fracções junto do construtor e pagaram, porque confiavam nos seus produtos, no funcionamento interno da empresa construtora, no projecto de arquitectura, e em quem executou a obra, e tudo isto é da responsabilidade de construtor. Por exemplo, alguém come num restaurante e fica intoxicado por causa dos alimentos: deve-se imputar a responsabilidade ao gerente e não ao cozinheiro. O gerente não pode imputar a responsabilidade a um determinado cozinheiro, alegando que este preparou a comida de forma errada. No entanto, apesar deste simples raciocínio, o Governo da RAEM actua de forma indecisa, os dirigentes de diferentes categorias continuam a fazer o que querem, mesmo que os residentes sejam obrigados a deixar as suas casas e que o Chefe do Executivo tenha feito uma visita *in loco* ao edifício. Perante esses dirigentes tão corruptos, não há comentários.

Apelo ao Chefe do Executivo para ordenar, de imediato, que os dirigentes de cada categoria resolvam os problemas do edifício Sin Fong e dos edifícios vizinhos afectados, num prazo limitado. Em caso negativo, estes dirigentes devem perder os seus cargos!

Só uma ordem do Chefe do Executivo é que pode obrigar os dirigentes a tratar do assunto com seriedade e a apurar responsabilidades, de modo a ajudar os moradores a voltarem para casa, o mais cedo possível, ou a reconstruí-la, em caso de necessidade.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“SERÁ QUE OS TITULARES DOS PRINCIPAIS CARGOS DA RAEM PRECISAM DE ASSUMIR RESPONSABILIDADES POLÍTICAS NAS RESPECTIVAS AREAS DE GOVERNAÇÃO?”

O Papa João Paulo II dizia o seguinte: “no exercício do poder político é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar transparente ou limpa a actividade dos políticos (...) isto pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e a mentira, o esbanjamento dos bens públicos em vantagem de uns poucos e com intuídos de clientelas ou uso de meios equívocos ou ilícitos para a todo o custo conquistar, conservar e aumentar o poder” (Christifideles Laici, n.º 42).

O Concílio Vaticano II, Gaudium et Spes n.º 75, afirmou a uma dada altura que “aqueles que são ou podem vir a ser capazes de exercer a arte tão difícil mas tão nobre da política devem preparar-se para ela; que eles se entreguem a ela com zelo... lutem com integridade e prudência contra a injustiça e a opressão, contra o domínio arbitrário e a intolerância quer seja obra dum homem ou dum partido político, e consagrem-se ao bem de todos com sinceridade e rectidão, e mais ainda com o amor e a coragem requeridas pela vida política”.

Transpondo para a RAEM, se analisarmos o trabalho de alguns dos nossos titulares dos principais de cargos, verificamos que interpretam a política não tanto como uma tomada de iniciativa de resolução dos problemas dos cidadãos, mas exercem como se fosse uma profissão. Estes titulares dos principais cargos que carecem de legitimidade democrática, alguns escolhidos por relações de amizade pessoal em detrimento do mérito, para manterem-se na profissão e no poder utilizam todos os estratagemas e formas de desresponsabilização para esconder a sua incompetência e mediocridade.

Amparados no escudo protectivo dos seus cargos sistematicamente transferem, sempre que possível, a responsabilidade para os directores dos serviços públicos.

Estes titulares dos principais cargos não entendem que a arte política é, essencialmente, uma arte de tomar decisões, que exige competência e aptidão para decidir bem. Exige-se um elevado sentido de compreensão da responsabilidade política, mesmo nas situações em que não tenha tido participação directa na decisão final.

Se por um lado, a responsabilidade dos titulares dos principais de cargos está ligada ao conjunto das actividades do âmbito do seu pelouro, e se exerce nos domínios mais variados, tais como, a administração pública, modernização legislativa, saúde

pública, sector económico, social e outros, por outro lado, o jogo dos estudos fabricados e as falsas consultas públicas conduzem ao falseamento e tomada de decisões finais erradas.

Por sua vez, os felizardos beneficiários dos estudos “encomendados” e contratos de aquisição e prestação de bens e serviços do Governo exibem as suas realizações felizes da vida e sem preocupar por dissimular as suas fraquezas e não têm vergonha de esconder o acesso às informações privilegiadas e a aptidão ao tráfico de influências em seu benefício.

O campo é fértil, porque alguns destes titulares dos principais de cargos teimosamente fingem esquecer que o papel do Governo, pelo menos teoricamente, é pôr de pé políticas públicas viradas para a satisfação das expectativas da sociedade, mas o mais importante, é ser o responsável máximo pela resolução dos problemas dos cidadãos, como por exemplo, na área da habitação, saúde, transportes, educação, saneamento básico, protecção do meio ambiente e outras viradas essencialmente para a satisfação das necessidades das populações.

Ou seja, os titulares dos principais de cargos são os principais responsáveis pelas decisões quer escritas quer verbais quer na adopção de medidas, projectos e obras em função dos pedidos dos cidadãos. O que não é minimamente aceitável quando acontece um problema fingem que não têm nada a ver com o assunto sacudindo “a água da capota” para seu subordinado.

Os titulares dos principais de cargos deviam perceber os mais simples manuais de ensinamento político que nos ensinam que o principal papel dos líderes governativos é ter a coragem de assumir as responsabilidades do sucesso e também do insucesso das políticas governativas que afectam as vidas dos cidadãos.

Isto é, os titulares dos principais de cargos têm a missão de serem responsáveis perante a sociedade e o cidadão, auscultar os seus anseios sempre que possível e a necessidade de transmiti-los aos directores para execução das decisões como referi com aval da tutela.

E não, como está a acontecer, cada vez mais com muitos directores forçados a serem bodes expiatórios das suas tutelas.

O que se passa com alguns dos nossos titulares dos principais de cargos? O cidadão comum ignora do que andam a fazer alguns deles. O que se espera ou devia se esperar dos titulares dos principais de cargos? Porque é que nos termos do n.º 1 do artigo 14.º das Normas de conduta dos titulares dos principais cargos da RAEM publicadas pela Ordem Executiva n.º 112/2010, os mesmos, quase nunca precisam de assumir responsabilidades políticas perante o Chefe do Executivo quando têm o dever de assumir a totalidade da responsabilidade por exemplo, no sistemático despesismo do erário público das infra-estruturas públicas? Porque é que o

Regulamento Administrativo n.º 24/2010 é considerado por muitos cidadãos como um diploma moribundo?

Já dizia um famoso filósofo europeu: **“Os governantes de uma sociedade supostamente democrática mas na realidade retrógrada tendem a ignorar os cidadãos, ignora a sociedade. (...) a sua única preocupação é manter a profissão e o poder”**.

A preocupação pelo bem comum da sociedade e dos cidadãos obriga que aos titulares dos principais cargos sejam responsáveis pela divulgação pública, de forma adequada, as informações que afectam os destinatários durante o processo da sua definição e execução.

Esta pressupõe um interesse que corresponde às aspirações fundamentais dos cidadãos.

Tomemos o exemplo na forma como se governa na Suécia.

Neste país escandinavo, grande apostador na qualidade educativa (mente criativa, espaço e condições à inovação) o princípio da liberdade de informação legitimam o cidadão e os meios de comunicação social à liberdade de acesso à informação e o consequente direito de acesso a registos, documentos oficiais e todos outros que conduzem ao processo administrativo da tomada de decisões oficiais.

Estes mecanismos de transparência governativa permitem aos cidadãos suecos terem acesso a uma clara visão e compreensão dos assuntos do interesse geral dos cidadãos. Também permitem compreender melhor o trabalho dos governantes e as razões subjacentes à tomada de decisões dos seus governantes.

Este importante escrutínio popular ancorados no processo de legitimação democrática dos governantes e efectiva transparência governativa reduz os riscos de abuso de poder e actos de corrupção.

O direito de acesso dos cidadãos suecos aos documentos oficiais significa que os funcionários públicos e outros que trabalham nos serviços públicos são livres de informar os cidadãos e os meios de comunicação social.

E para finalizar, não são estes direitos fundamentais dos cidadãos e dos meios de comunicação social que prejudicam a Suécia de ser um dos países mais avançados do mundo e com uma qualidade de vida invejável a qualquer país do mundo, incluindo qualquer país europeu.

Muito obrigado!

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 07 de Novembro de 2013**

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 07.11.2013

Acredito que todos os serviços públicos do Governo da RAEM já entregaram ao seu superior hierárquico e às respectivas entidades tutelares os seus relatórios relativos às despesas orçamentadas e aos planos de trabalho do próximo ano. Espero que, no novo ano, a actualização salarial dos funcionários públicos seja tida em consideração. Tendo em conta que a moeda de Macau está indirectamente indexada ao dólar americano, que a maior parte dos produtos de primeira necessidade e de uso diário provém do Interior da China, que o Renminbi está em constante valorização, e que a taxa de inflação tem vindo a oscilar, nos últimos anos, entre os 6% e os 8%, o poder de compra dos residentes de Macau diminuiu significativamente, o que constitui dificuldade e pressão para a sua vida quotidiana. Assim sendo, se o salário não for actualizado segundo a taxa de inflação anual, o nível de qualidade de vida dos residentes vai baixar, facto que vai indirectamente prejudicar o consumo interno.

Os funcionários da linha da frente e da camada de base esperam que o Governo responsável e consciente consiga efectuar a actualização salarial dos funcionários públicos segundo a taxa de inflação. Por outro lado, esperam ainda que seja criado um subsídio especial de apoio de sobrevivência aos funcionários públicos da camada de base que vivem com dificuldades, por forma a resolver as dificuldades decorrentes do alto preço dos produtos de primeira necessidade e do custo de vida elevado. Na verdade, a actualização salarial não beneficia apenas os funcionários públicos, porque, nos últimos anos, a actualização salarial levada a cabo por iniciativa do Governo conseguiu incentivar 6 concessionárias do jogo a actualizar o salário dos seus trabalhadores, facto que conseguiu elevar de forma global a qualidade de vida dos residentes.

Por outro lado, os funcionários públicos de base também pretendem que o Governo reserve terrenos para a construção de alojamento, conforme se prevê na “Lei de Terras”, uma vez que, nos passados vinte anos, o Governo não construiu nenhuns alojamentos para os funcionários poderem trabalhar sem pressão, ou seja, sem estarem todos os dias preocupados com os elevados preços das rendas das casas e, conseqüentemente, o sentido de pertença dos funcionários diminuiu. Além disso, no processo de concurso para os alojamentos, a distribuição destes entre os funcionários públicos também não é justa, quer dizer, as vagas para os funcionários de classe superior foram muitas, mas na realidade não foram muitos os candidatos; para os funcionários de base, a situação é ao contrário, por isso, há casas que ninguém ocupa e há pessoas que não têm casas para viver.

Eu volto a dizer que um Governo responsável e consciencioso deve tomar em consideração as condições de vida dos funcionários públicos, nomeadamente, dos funcionários públicos de base, que poderão contrair muitas doenças na velhice, uma vez que trabalharam para o Governo e não pouparam os seus esforços na sua carreira. Isto levou a estragos no seu estado físico, a contrair doenças crónicas e a terem de suportar pesados encargos com a sua vida na aposentação e com tratamentos médicos.

Para além disso, há ainda algumas situações caricatas que as pessoas desconhecem. Que se saiba, na equipa de funcionários, existem cerca de 100 TNR espalhados, por exemplo, pelo Estabelecimento Prisional de Macau, Instituto Politécnico de Macau e Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Existem alguns trabalhadores não residentes a desempenharem cargos principais no Governo? Alguns cargos são desempenhados por pessoas incompetentes, mas será isto justo para os outros funcionários? Segundo o Regulamento Administrativo n.º 24/2010 (Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau) e a Ordem Executiva n.º 112/2010 (Normas de conduta dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau), quando os titulares dos principais cargos do Governo forem incompetentes, assumirem uma atitude passiva ou tomarem decisões erradas, devem assumir as devidas responsabilidades. No entanto, desde a entrada em vigor dos referidos diplomas, nunca nenhum desses titulares assumiu, de acordo com esse preceito, as devidas responsabilidades, por não ter trabalhado bem, pelo contrário, tratam o referido Regulamento e a Ordem como papel para deitar no lixo, menosprezando-os.

Assim sendo, espero que, em 2014, o Governo da RAEM venha a prestar mais atenção ao ajustamento do vencimento dos funcionários, a resolver, o mais rápido possível, a questão da contagem do tempo de serviço, a consagrar que a antiguidade na carreira se conta a partir do início de funções e a definir planos para a construção de fracções habitacionais para os funcionários.